

Destruição da mata atlântica é tema de livro

'A Ferro e Fogo, a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira' foi escrito pelo brasilianista Warren Dean, norte-americano que trabalhou cerca de 12 anos na pesquisa

RICARDO ARNT
Especial para o Estado

A ironia de *A Ferro e Fogo, a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira* (Warren Dean, Companhia das Letras, 1996) é ter sido escrita por um norte-americano. Ecologia é assunto marginal entre bem-pensantes, o que é desconcertante tanto pela sua importância para a identidade brasileira quanto pela obsessão da sociedade em modernizar-se, já que, nessa época de tanta mudança e desorientação, permite ajustar contas com a tradição brasileira, renovando-a. É como se a primeira das antropofagias fosse a última. Mas há pouco debate e os interessados estão isolados. Em parte, a culpa é deles próprios: poucos se preocuparam em enraizar o ambientalismo. No Brasil, a celebração da natureza é uma retórica tão pomposa quanto oca. Os brasileiros estetizam a natureza para compensar o desencanto com a cultura, mas a emenda acaba saindo pior que o soneto. Como monumentos naturais não podem saciar a falta de monumentos do espírito, na verdade nos envergonhamos de nossa exuberância natural e desprezamos o que afirmamos prezar. Talvez por isso, a grandiloquência apologética corresponda uma devastação bombástica.

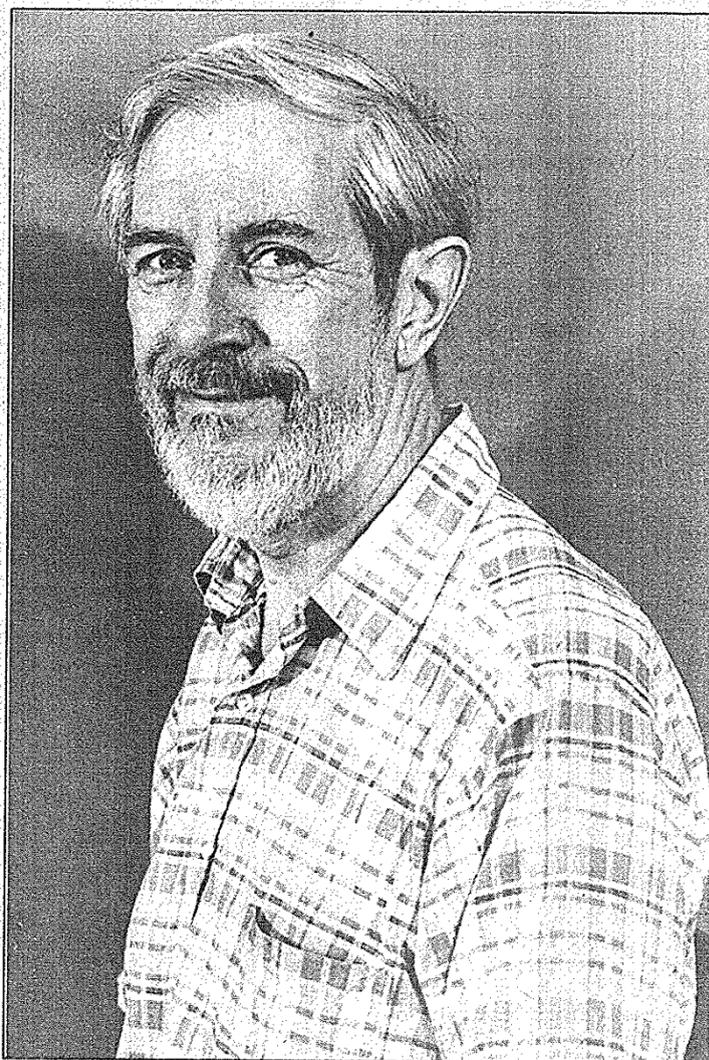
Warren Dean, brasilianista oriundo de uma cultura protestante, conferiu o tributo que as terras mais garridas pagam às aventuras do capital e do trabalho e escreveu a primeira história ecológica do Brasil. Seu foco é o ambiente primordial da nossa história, a imponente palçada de florestas ao longo do litoral que os brasileiros frequentam, admiram e depredam. A ironia de seu livro inovador é reiterar o enredo que deplora, na medida em que são os estrangeiros, como Dean, que nos revelam a natureza que desdenhamos. Aliás, foi preciso muita pressão estrangeira, nos anos 80, para convencer o governo e a mídia a levar a ecologia um pouco mais a sério. Senão, tudo continuaria como o livro conta.

Bibliografia — O autor trabalhou 12 anos nessa pesquisa, desde 1982, depois de nos ter dado *Industrialização de São Paulo, Rio Claro e História da Borracha*. Tragicamente, morreu antes da publicação, vítima

de um escapamento de gás em um hotel, em Santiago, no Chile, em 1994, onde estudava ecologia andina. Dispôs de financiamento estável e tempo para esmiuçar obscuros relatórios coloniais e levantar vasta bibliografia (cuja ausência é incompreensível no livro). Condições difíceis para brasileiros — o que explica, mas não justifica, a nossa anorexia de estudos ecológicos. O resultado é impactante: doravante, ninguém interessado em Brasil pode ignorar *A Ferro e Fogo*, um calhaço de 500 páginas com muitas virtudes e alguns vícios acadêmicos: rigor, honestidade, despojamento, cálculos obsessivos e prosa dura, árida, mais atenta a fatos do que a idéias (que, afinal, também fazem História). Quinhentas páginas não são leitura amena.

Da mata atlântica restam 8% em fragmentos cada dia menores, apesar das leis de proteção. A floresta propiciou todos os ciclos econômicos do País — pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, café — e serviu a oprimidos e opressores, antes que essas categorias existissem. Foi a escola do analfabetismo florestal brasileiro. Nela, aprendemos a desmatar e jamais paramos. Os caçadores pré-históricos que ocuparam as planícies sul-americanas há 12 mil anos e inventaram a coivara — a queima da floresta para fertilizar a lavoura com a cinza dos nutrientes — jamais imaginariam que sua tecnologia fosse tão duradoura. Os tupis usaram o fogo de tal maneira, antes dos portugueses, que o genocídio deles "concedeu à mata atlântica um alívio, após 10 mil anos de caça e coléta e mil anos de lavoura itinerante".

O colonialismo trouxe culturas de origem africana, asiática e européia e introduziu a exploração extensiva da terra, por extrativismo primário (pau-brasil) e monocultura baseada em trabalho escravo (cana-de-açúcar). Seu maior resultado foi "exterminar 95% dos índios em um século". A conservação dos recursos era "irrelevante em uma sociedade na qual a conservação da vida humana era irrelevante", é óbvio. Havia pouco capital, pouca mão-de-obra e muita terra para queimar e plantar. A concessão de sesmarias, titulando propriedades de 1 légua quadrada (43 quilômetros quadrados!), lançou as bases do latifúndio e criou "uma classe dominante



O americano Warren Dean: primeira história ecológica do Brasil

para quem propriedade da terra era uma forma de privilégio conquistado por meio da prepotência local e confirmado pela convivência real".

Como se sabe, os colonizadores "relaxaram" nos trópicos. A própria liberação da queimada como instrumento agrícola estava "nos antípodas da concepção do pauperizado campesinato português, cujos estabelecimentos sobreviviam com um único hectare, que ainda devia passar de geração para geração, sem redução de produtividade". A vastidão induziu à exploração desleixada, audaciosa e imprevidente, alheia ao método e à racionalidade, uma concepção espaçosa do mundo, saltadora de obstáculos e fronteiras, que Sérgio Buarque de Hollanda definiu como "colher o fruto sem plantar a árvore". Desde então, a extinção do "capital in natura" provoca "o espanto e o hor-

RESTAM
APENAS 8% DA
FLORESTA, EM
FRAGMENTOS

ror dos observadores estrangeiros". Diante da qual o autor pergunta, em dúvida: "Ousaremos chamar isso de capitalismo, ou se trata de capitalismo pelo avesso?"

De qualquer maneira, não rendeu lufas. "Os padrões de vida baixíssimos em um Brasil rico de bens naturais espantavam os europeus acostumados a observar retornos muito mais elevados de um cardápio medíocre de recursos naturais." Bem que se tentou trocar o regime extensivo pelo intensivo. Em 1765, o governador de São Paulo tentou converter paulistas em camponeses, impondo a vida aldeã, o arado e a vaca. Mas eles preferiram a floresta nova, que permitia "sustento a pequeno custo", e "caíam no engodo do mato virgem", afastando-se da sociedade civil "sem missa e sem doutrina, familiarizando-se com as feras". Arar daria muito traba-

lho.

Como se vê, o "Colonialismo" e o "Capitalismo" têm muita culpa, mas abundam "evidências de que a autoridade real era obedecida apenas quando convinha aos colonos". Na verdade, as autoridades "não raro se mostram mais esclarecidas e progressistas que seus governados, em relação à exploração da natureza". O que não as impediu de ignorar, olímpicamente, a esplêndida "biota" que caiu em suas mãos. Em contraste, a breve ocupação holandesa do Nordeste (1626-1649) resultou na publicação de tratados de história natural e compilações de plantas e animais. Só com a primeira geração de cientistas brasileiros, formada em Coimbra, e com a transferência da Corte, em 1808 — depois de 300 anos — entrou ciência no Brasil. Mesmo assim, a ignorância era tanta que, em 1818, o país importava madeira dos EUA e da Suécia e mogno da Jamaica.

Em 1822, livres da tutela colonial, finalmente donos do seu nariz, os brasileiros disseram "oba" e partiram para o ataque da mata atlântica "com redobrado vigor e entusiasmo". A Constituinte de 1821 acabou com as sesmarias, mas impediu José Bonifácio de confiscar as terras não cultivadas e limitar a destruição das florestas. Aceleraram-se as queimadas com a introdução do café. "O café passou a ser o produto das grandes fazendas doadas em sesmarias. Acreditava-se que tinha de ser plantado em solo coberto de floresta virgem. O capital e o trabalho eram escassos demais para gastar no plantio em solos menos férteis (...) As plantações velhas não eram replantadas, mas abandonadas, e novas faixas de floresta primária eram então limpas para manter a produção."

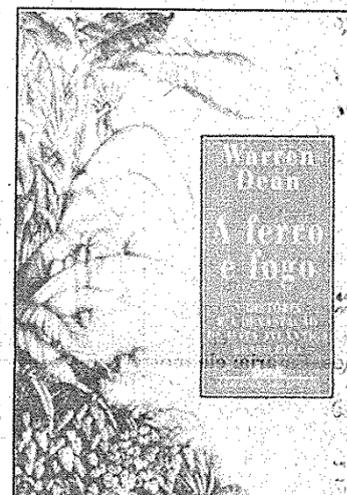
O autor desfalece com o "desrespeito por aquilo que apenas cem anos depois uns poucos iluminados lembrariam como riqueza natural inestimável". Não cede à constatação de que é difícil valorizar o que existe em excesso. E não esconde a indignação com o desprezo dos cientistas às fontes de conhecimento nativas: "Isso pode parecer uma impressionante e obtusa falta de curiosidade, mas é facilmente compreensível dado o abismo cultural existente entre eles. Só o conhecimento europeu valia para a mentalidade colonizada." Mas tampouco sucumbiu ao populismo: "É chocante a relativa ausência do que poderia ser chamado de consciência ambiental entre a gente do povo, tal como se pode deduzir do anedotário dos folcloris-

tas." Ao contrário, boa parte da atitude popular para com a natureza "é determinada por observação deficiente, superstição religiosa, ambição e uma parcela significativa de hostilidade".

Ferrovias — Com a renda do café vieram o crescimento demográfico, a urbanização e as ferrovias. A industrialização brasileira foi movida a lenha da mata atlântica, em fundições, olarias, torrefações, fábricas de têxteis, papel, móveis, construção naval, tijolos e telhas. Em 1948, lenha e carvão vegetal forneciam 79% da energia consumida no País. Já vinha tudo de trem para os centros urbanos, pois as matas locais já haviam desaparecido. O fogão à lenha só foi aposentado nos anos 60. O progresso induziu a expansão da classe média e "do grupo daqueles razoavelmente instruídos, conscientes dos seus custos". Mas para a mata atlântica já era tarde.

Para Dean, a história tem um sentido profético. Entre os que sofrem com ela, os que "contemplaram a presença dos seus arvores remanescentes", o que provoca mais alarme é o destino da Floresta Amazônica — não é mesmo? O último serviço que a mata atlântica pode prestar "é demonstrar as terríveis consequências da destruição do seu vizinho do oeste". O que, como o autor demonstra, é mais do que paranóia.

■ Ricardo Arnt é autor de *Um Artifício Orgânico: Transição na Amazônia e Ambientalismo* (Rocco, 1992) e editor da revista *Superinteressante*



O livro: resultado causa impacto

SERVIÇO

A Ferro e Fogo, a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. De Warren Dean. Companhia das Letras, 484 páginas, R\$ 35,00